



MOÇÃO

POR UMA EUROPA SOCIAL, NUM PERÍODO EM QUE É NECESSÁRIO AGIR

A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UNIÃO EUROPEIA

Na apresentação que fez oportunamente sobre as linhas estratégicas da presidência portuguesa da União Europeia, o Primeiro Ministro, António Costa assumiu como uma das suas prioridades a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, decidindo convocar para 7 e 8 de Maio, na cidade do Porto, uma Conferência Social para delinear e aprovar um Plano de Acção europeu sobre esse objetivo, contando com os 27 líderes europeus e representantes dos parceiros sociais.

FUNDOS ESTRUTURAIS DISPONÍVEIS COM URGÊNCIA

Face à situação dramática de pandemia vivida por toda a Europa, é **URGENTE** desbloquear os fundos estruturais necessários ao Plano de Reconstrução aprovado no final da presidência alemã, de cerca de 750 mil milhões de euros.

Muitos Estados Membros, entre os quais Portugal, necessitam desse apoio, **DE EMERGÊNCIA**, seja a fundo perdido, seja a título de empréstimo, para fazer face à crescente pobreza, desigualdades e desemprego que se vivenciam no nosso país e um pouco por toda a Europa, por forma a evitar uma crise social de consequências imprevisíveis, com os efeitos da pandemia e dos seus desfechos negativos para as empresas e trabalhadores.

Cabe ao Governo e ao Primeiro Ministro desenvolver todos os esforços possíveis, enquanto Presidente do Conselho Europeu, para que os fundos estruturais sejam remetidos aos Estados membros, sem mais delongas.

Numa altura em que se avança para uma Conferência Social, que a UGT aplaude, importa dar resposta, HOJE E JÁ, às situações dramáticas que se vivem no nosso País, para o que urge a almofada financeira da Europa, que tarda em surgir.

A CONFERÊNCIA SOCIAL DO PORTO, 7 E 8 DE MAIO E O COMBATE AO POPULISMO

Não haverá Pilar Europeu de Direitos Sociais se não acudirmos, de imediato, ao caos social, ao crescimento do desemprego e a um clima de conflitualidade social que está ao virar da esquina, e cujos sinais foram já dados nos resultados da votação para o Presidente da República, onde as populações do interior, de norte a sul do país, votaram em quem lhes oferece o paraíso, ainda que com uma mensagem xenófoba, racista, homofóbica e de facção e demagógica.

Importa combater a desilusão e desencanto dos portugueses com Justiça Social, apoios do Estado e medidas de combate ao isolamento, ao envelhecimento, à desproteção a que muitos portugueses se sentem votados.

Importa derrotar o populismo crescente com medidas URGENTES de Justiça Social.

ONDE ESTÁ O PROGRAMA DE VACINAÇÃO URGENTE?

A UGT reafirma, ainda, a sua preocupação com a necessidade da implementação de um programa nacional de vacinação, em coordenação com a União Europeia, que dê efetiva prioridade aos mais velhos e mais frágeis da nossa população, sem esquecer os que padecem de doenças crónicas, e que são os mais atingidos pela pandemia, fazendo perigar uma geração inteira, essencial para a passagem de testemunho às gerações mais jovens.

Urge clarificar um plano de vacinação que os portugueses compreendam, sem privilégios a quem quer que seja, antes respeitando as verdadeiras prioridades que todos vemos.

EM DEFESA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE (SNS) E DOS SEUS PROFISSIONAIS

A UGT não pode deixar de alertar para a situação vivenciada no SNS, onde o desinvestimento de décadas e a desvalorização dos seus profissionais levou a situações de ruptura, impensável no espírito dos seus fundadores, mas a que infelizmente assistimos em direto na comunicação social.

É preciso investir na área da saúde e no robustecimento do Serviço Nacional de Saúde e na valorização dos seus trabalhadores, incansáveis na resposta a esta crise e que ainda são o garante da humanização no acompanhamento e no tratamento dos doentes.

Muitos profissionais de saúde, formados no nosso país, nas nossas universidades, com o apoio das famílias e do próprio Estado, emigraram, como única forma de não se verem atirados para carreiras sem qualquer expectativa de futuro, a não ser “*serem trabalhadores pobres, mesmo que qualificados*”.

O Secretariado Nacional da UGT, reunido em Lisboa, dia 29 de Janeiro de 2021, manifesta ainda a disponibilidade da Central sindical e de todas as organizações suas filiadas para que o Governo aposte na audição e consulta PRÉVIA dos parceiros sociais, como representantes da sociedade civil, e relembra o papel e desempenho da UGT, desde sempre, na concertação social, na busca do diálogo e no sindicalismo de proposição.

Em nome dos trabalhadores que representamos, instamos o Governo a apostar, decididamente, NUMA AGENDA SOCIAL, com o rosto e a voz do movimento sindical da UGT, como resposta às consequências dolorosas que a pandemia está já a provocar.

E a UGT estará presente, como sempre fez, em quase 43 anos de existência, perante a mais grave crise vivida no nosso regime democrático.

POR PORTUGAL E PELOS TRABALHADORES!!!

Aprovado por unanimidade e aclamação

O Secretariado Nacional

Lisboa, 29 de Janeiro de 2021